



ANEXO A
CADERNO DE ENCARGOS

Cláusula 1.ª

Objeto

1. É objeto do presente contrato a aquisição de serviços de desinfestação, desratização e desbaratização do concelho, de acordo com os documentos pré-contratuais, sendo as eventuais contradições entre eles resolvidas de acordo com as regras estabelecidas no Código dos Contratos Públicos.
2. O objeto da presente contratação estrutura-se de acordo com as componentes anexas a este caderno de encargos.
3. As regras específicas quanto ao objeto do contrato e condições de execução encontram-se nas cláusulas especiais deste caderno de encargos, que dele fazem parte integrante.
4. Conforme o objeto do contrato, são aplicáveis especificamente as regras constantes dos artigos 437.º a 449.º, na contratação de fornecimento de bens, ou dos artigos 450.º a 454.º, na contratação de serviços.

Cláusula 2.ª

Partes

O contraente público é o Município de Guimarães e o cocontratante o adjudicatário.

Cláusula 3.ª

Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual, exceto se para isso for autorizado pelo contraente público, ou, nos termos do número seguinte, deste artigo.
2. O adjudicatário pode ser forçado a ceder a sua posição contratual, nos termos do artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos.
3. A cessão da posição contratual pelo contraente público é regulada pelo artigo 324.º, do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 4.ª

Gestor do contrato

1. Nos termos do artigo 290.º-A, do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato é José Luis Oliveira, com quem o adjudicatário tem a obrigação de cooperar, de modo diligente e célere.
2. O Município de Guimarães pode substituir, a qualquer momento, o gestor do contrato, tornando-se essa substituição válida e eficaz por mera comunicação ao adjudicatário.



3. Ao gestor do contrato cabe o acompanhamento permanente da execução do contrato, não existindo, no momento em que é assumida a decisão de contratar, qualquer delegação de competência em seu benefício.
4. A ação do gestor do contrato exerce-se sem qualquer conflito de competências com os poderes de fiscalização e de direção da execução do contrato, aos quais está sujeito o adjudicatário.

Cláusula 5.ª

Prazo e plano de execução

1. O prazo de execução é de 36 meses, após assinatura do contrato.
2. De acordo com as disposições do caderno de encargos, e com a proposta adjudicatária, é incluído em anexo¹ ao contrato um plano de execução, de onde conste, de modo claro e inequívoco, como deve ser cumprido o contrato, e como esse cumprimento é acompanhado das obrigações de retribuição pelo contraente público.

Cláusula 6.ª

Obrigações do adjudicatário

O adjudicatário está obrigado a cumprir escrupulosamente o contrato, executando-o com diligência e em respeito por todas as regras aquilo a que se comprometeu, pela apresentação da sua proposta, e pela assinatura da declaração que corresponde ao Anexo I, ao Código dos Contratos Públicos, e, neste contexto, nomeadamente:

- a) Cumprir, no global e no detalhe, o que lhe compete, nos termos do plano de execução;
- b) Prestar caução, quando exigida;
- c) Avisar, de imediato, o contraente público de qualquer obstáculo, incidente ou dificuldade que perturbe, ou possa perturbar, a execução do contrato;
- d) Obter todas as licenças, autorizações, ou recolher quaisquer acordos, que sejam necessários para a execução do contrato;
- e) Suportar todos os custos com a execução do contrato, unicamente por conta do pagamento do preço contratual, ou da parte do preço contratual que corresponda ao que o cocontratante efetivamente executou;
- f) Contratar o pessoal que seja necessário à execução do contrato;
- g) Contratar a aquisição de bens ou a prestação de serviços, necessárias à execução do contrato;
- h) Pagar todas as taxas, contribuições e impostos, que resultem, para si, da execução do contrato;
- i) Respeitar as ordens, instruções e diretivas que lhe sejam dadas pelo contraente público, diretamente ou através dos seus representantes, nos termos dos poderes de conformação da relação contratual, segundo o disposto no Código dos Contratos Públicos;
- j) Colaborar com o gestor do contrato;
- k) Celebrar os contratos de seguro a que esteja obrigado, nos termos do caderno de encargos, e apresentar ao contraente público, os recibos comprovativos do pagamento dos prémios, de modo a que

¹ Quando aplicável



os seguros estejam vigentes durante todo o período de execução do contrato, acrescido do período de garantia;

- l) Comparecer às reuniões para as quais seja convocado por escrito pelo contraente público, sendo que, sempre que exista uma situação de incumprimento, e for adequadamente avisado do teor do incidente, participar nessa reunião com as respostas correspondentes às questões da ordem de trabalhos;
- m) Assumir as responsabilidades perante terceiros, sempre que, por ação ou omissão sua, seja a esses terceiros causado prejuízo, indemnizando correspondentemente;
- n) Respeitar todo o normativo, legal e regulamentar, que intervenha na execução do contrato.

Cláusula 7.ª

Subcontratação

A subcontratação é regida pelos artigos de 317.º a 321.º, do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 8.ª

Preço contratual

- 1. O preço contratual é aquele que resulta da aceitação da proposta do adjudicatário.
- 2. Pelo recebimento do preço contratual, o adjudicatário obriga-se à execução integral do contrato, sem direito a qualquer remuneração suplementar, ou a qualquer verba a título de revisão de preços.
- 3. Não será feito qualquer pagamento, total ou parcial, que não tenha como justificação a execução das obrigações do cocontratante, e unicamente após a confirmação pelo contraente público, da efetiva execução.
- 4. O contraente público está obrigado ao pagamento pontual dos valores que lhe competem, sob pena de incorrer em responsabilidade por juros, nos termos legais aplicáveis.
- 5. Não existe qualquer pagamento a título de saldo, isto é, de diferença entre aquilo que seja o preço contratual, e o que seja certificado pelo contraente público como prestação executada pelo adjudicatário.
- 6. Não há lugar a qualquer pagamento de prémios, seja por cumprimento antecipado, ou por qualquer outro fundamento.

Cláusula 9.ª

Procedimentos para pagamento

- 1. Quando esteja cumprida qualquer prestação que caiba ao adjudicatário, que justifique que seja feito um pagamento por parte do contraente público, será esse cumprimento por este certificado, e assim comunicado ao adjudicatário.
- 2. Se não estiver cumprida integralmente uma prestação, nos termos previstos no plano de execução do contrato, o contraente público reduzirá o pagamento parcial ao que corresponda ao efetivamente executado.



3. Depois de certificado o cumprimento das faturas, ou documento equivalente, serão pagas no prazo máximo de 30 dias.
4. Prazo de pagamento: mensal.

Cláusula 10.ª

Obrigações do contraente público

1. O contraente público deve, nos termos dos artigos 286.º, 289.º e 291.º, todos do Código dos Contratos Públicos, cooperar com o adjudicatário, no sentido de ser obtido o melhor resultado possível do cumprimento do contrato.
2. Em especial, o contraente público, através dos seus representantes, deve praticar todos os atos que lhe competem, no âmbito do caderno de encargos, comparecendo sempre que necessário, e procedendo à receção do que lhe seja destinado, desde que cumprido o plano de execução.
3. O contraente público, salvo se especificado de outro modo nas cláusulas especiais do caderno de encargos, não tem qualquer obrigação de facultar quaisquer meios, físicos ou materiais ou locais, para o cumprimento do contrato.

Cláusula 11.ª

Modificações objetivas

1. Nos termos do corpo do artigo 312.º, do Código dos Contratos Públicos, podem ser feitas as modificações objetivas no presente contrato.
2. Além do disposto no número anterior, o regime das alterações objetivas é o constante dos artigos 311.º a 315.º do Código dos Contratos Públicos, acompanhado da disciplina dos bens ou serviços complementares, nos termos dos artigos 370.º, 378.º, 438.º e 454.º, todos do Código dos Contratos Públicos, e de todas as suas normas que com as atrás referidas estejam relacionadas.

Cláusula 12.ª

Sanções contratuais

1. Caso o adjudicatário incumpra as suas obrigações, será sujeito à aplicação das sanções contratuais que constam do artigo 329.º com as devidas adaptações.
2. Caso o cocontratante incumpra um prazo parcial do plano de execução, será sujeito a uma multa diária correspondente a metade do valor máximo previsto no número anterior, podendo ser essa sanção ser anulada no caso de ser cumprido o prazo final, e o incumprimento parcial não tenha causado prejuízo significativo ao contraente público.
3. O contraente público procederá à audiência prévia do adjudicatário, a qual será feita mediante comunicação da qual conste a situação que consubstancia o incumprimento, e dará um prazo adequado para a respetiva resposta.
4. É aplicável ao presente contrato, com as devidas adaptações, e tendo em consideração os fornecimentos ou serviços complementares, o disposto no artigo 372.º, do Código dos Contratos



Públicos, e dessas disposições, especialmente o que corresponde à aplicação da sanção contratual aí prevista.

Cláusula 13.ª

Prazo de garantia

1. O prazo de garantia do serviço, ou do fornecimento, a que o adjudicatário está obrigado, é três anos, contados do cumprimento da última prestação contratual.
2. No caso de estar em questão, essencialmente, um fornecimento, ou no âmbito de um contrato misto, ou incidentalmente, no contexto de uma prestação de serviços, o fornecimento de um equipamento, ou de um direito, ou de um dispositivo que tenha, do respetivo fabricante, um prazo de garantia, o adjudicatário é obrigado a fazer com que essa garantia se concretize em favor do contraente público.

Cláusula 14.ª

Trabalhadores afetos à prestação do serviço

O adjudicatário obriga-se à apresentação do documento demonstrativo do cumprimento do artigo 419.º-A, aplicável por força, do n.º 2 do artigo 451.º do CCP, ao gestor do contrato.

Cláusula 15.ª

Resolução do contrato

1. O contraente público pode resolver o contrato sempre que esteja perante uma falta grave, que ponha em causa a satisfação do interesse público que justificou o estabelecimento da relação contratual.
2. O contraente público procederá à audiência prévia do adjudicatário, antes de proceder à resolução do contrato.
3. O cocontratante tem direito a resolver o contrato sempre que os atrasos de pagamentos se prolonguem por mais de seis meses, em montantes que representem, pelo menos, 25% do preço contratual, excluindo juros.

Cláusula 16.ª

Revogação do contrato

As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato, se circunstâncias legalmente admissíveis o permitam, e a defesa concreta do interesse público aconselhe a que o contraente público se decida por essa opção.

Cláusula 17.ª

Dever de sigilo

1. Sem prejuízo do disposto no Regulamento de Proteção de Dados Pessoais, o prestador de serviços, o seu pessoal e todas as entidades e pessoas que aquele utilize no cumprimento das obrigações assumidas com a celebração do contrato, obrigam-se a guardar sigilo sobre toda a documentação e



informações a que tenham acesso nos termos do contrato, não podendo facultar a terceiros, quaisquer informações nem sobre a natureza dos próprios serviços, nem sobre os resultados e conclusões deles, sem autorização escrita da Entidade Contratante, dos interessados titulares dos dados protegidos, nem utilizá-los em seu benefício.

2. A obrigação de sigilo profissional referida impõe-se também relativamente às informações que possam ser fornecidas internamente aos técnicos do prestador não diretamente envolvidos na prossecução dos objetivos do contrato, desde que tais informações, pela sua natureza, possam perturbar a normal execução das prestações abrangidas pelo objeto do contrato.
3. O dever de sigilo abrange ainda toda a documentação e informação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
4. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
5. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 18.ª

Lei aplicável

Ao presente contrato é aplicável o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação complementar.

Cláusula 19.ª

Foro competente

Sempre que não esteja nos documentos pré-contratuais, previsto o recurso à arbitragem, a resolução dos litígios emergentes da interpretação ou da execução do presente contrato é da exclusiva competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto.



Cláusulas especiais do caderno de encargos

Cláusula 20.ª

Condições técnicas

1. Os concorrentes obrigam-se a apresentar memória descritiva e justificativa relativa ao modo de execução e condução das campanhas.
2. Os concorrentes obrigam-se a apresentar a descrição dos métodos adotados para garantia da qualidade, dos meios de estudo e investigação que utilizam.
3. Os concorrentes obrigam-se a apresentar plano de trabalho das campanhas de desinfestação e desratização, com respetivo calendário.
4. Os concorrentes devem apresentar informação detalhada dos produtos a utilizar, nomeadamente composição, formulação, aplicação, toxicologia e antídotos.
5. Só será permitida a utilização de rodenticidas pertencentes exclusivamente à categoria de ANTI – COAGULANTES.
6. Não será, em circunstância alguma, permitida a utilização de químicos inseticidas pertencentes à CLASSE I - MUITO TÓXICOS.
7. Consideram-se excluídas as propostas caso não apresente o mínimo de 280 dias para desratização e 130 dias para a desinfestação.

Cláusula 21.ª

Relatórios técnicos

1. Deverão especificar cada um deles na proposta entregue.
2. Deverá elaborar relatórios mensais dos locais intervencionados com detalhe dos tipos de operação.
3. No final de cada ano, o adjudicatário deverá apresentar um relatório detalhado, em termos de controlo das pragas propostas, estratégia, dificuldades surgidas, ocorrências extraordinárias e formas de as superar e otimizar, isto é avaliação do trabalho desenvolvido e sua eficácia.
4. Deverão ser elaborados **relatórios específicos para os Parques da Cidade, da Cidade Desportiva e Horta Pedagógica, considerando certificação ambiental que exige**, entregues com a periodicidade mensal;
5. Deverão ser elaborados **relatórios específicos para o Mercado Municipal**, com a periodicidade mensal, entregues em duplicado, um a colocar na Portaria do Mercado e outro entregue nos serviços.
6. Deverão ser elaborados **relatórios específicos para as Escolas**, entregues em duplicado, um a colocar em cada escola e outro entregue nos serviços.
7. Deverão ser elaborados **relatórios específicos para o serviço efetuado no Arquivo Municipal**, entregues em duplicado, um a colocar no Arquivo e outro entregue nos serviços.
8. Deverão ser elaborados **relatórios específicos para os Centros de Saúde (ACES) que integram o serviço nacional de saúde (SNS)**, entregues em duplicado, um a colocar em cada Centro de Saúde e outro entregue nos serviços.



Cláusula 22.ª

Informação

1. O adjudicatário deverá elaborar e afixar nos locais onde se torne necessário, avisos e informações à população dos cuidados a ter nas zonas tratadas.
2. Serão adequadamente valorizadas todas as iniciativas das empresas participantes com vista a informação e formação da população escolar.
3. No Mercado Municipal deverá estar colocado em local visível a toda a população, a informação relativa à desinfestação e as datas das próximas visitas ao local.

Cláusula 23.ª

Garantia

O adjudicatário garantirá, ao longo da vigência do contrato, a manutenção de um bom nível higiénico – sanitário no concelho. Reserva-se ao adjudicatário o direito de promover, para além dos tratamentos previstos tantos tratamentos quantos forem necessários, sem que daí advenha qualquer encargo adicional para a Câmara Municipal.

Cláusula 24.ª

Locais de prestação de serviços

Os serviços de controlo das populações infestantes objeto deste concurso, deverão efetuar-se junto de todos os espaços públicos do concelho de Guimarães e com particular atenção junto das seguintes áreas, potencialmente sujeitas a uma maior infestação:

- a) Redes de águas residuais, sarjetas, valas e outros canais de escoamento de águas pluviais, nos cruzamentos de coletores (através dos recetores e tampas);
- b) Margens de rios, ribeiras e canais artificiais;
- c) Depósitos de sucata e lixeiras ocasionais;
- d) Zonas habitacionais degradadas e clandestinas;
- e) Áreas expectantes e degradadas do domínio público, situadas nos centros habitacionais ou na sua proximidade;
- f) Parques, jardins públicos, mercados, cemitérios, aterro sanitário e zonas circundantes da estação ferroviária;
- g) Escolas, Creches Municipais e ATLS;
- h) Edifícios Municipais e Edifícios Sede das Juntas de Freguesia;
- i) Habitações sociais;
- j) Centros de Saúde (ACES) que integram o serviço nacional de saúde (SNS), identificados no

Anexo 1.



- Edifícios e equipamentos Municipais:

1. Associação de Municípios;
2. Câmara Municipal de Guimarães;
3. Campo de S. Mamede;
4. Central de Camionagem;
5. Oficinas do Município;
6. Cybercentro;
7. Centro de ciência Viva;
8. Laboratório da Paisagem;
9. Instituto de Design;
10. Centro de Ciência Viva;
11. Pousada da Juventude;
12. Parque da Cidade;
13. Parque da Cidade Desportiva;
14. Edifícios de Habitação Social;
15. Arquivo Alfredo Pimenta;
16. Junto às Piscinas Municipais;
17. Junto ao Pavilhão Multiusos e a todos os pavilhões;
18. Envolvente do Estádio D. Afonso Henriques;
19. Mercado Municipal;
20. Centro Histórico de Guimarães.

- Outros locais:

1. Escolas EB1 de todo o Concelho;
2. Escolas EB 2,3 de todo o Concelho;
3. Escolas Secundárias;
4. Jardins-de-infância;
5. Mercado das Taipas;
6. Mercado de Pevidém;
7. Bairro da Emboladoura – Gondar;
8. Estradas Nacionais, Municipais – junto aos contentores;
9. Parques ao longo das margens de rio;
10. Parque de Campismo da Penha;
11. Penha;
12. Edifícios de habitação social pertencentes à CASFIG.



- **Locais Específicos – Com Relatórios Técnicos Específicos:**

- **Mercado Municipal**, deverão mencionar especificamente o método a utilizar de acordo com a legislação em vigor e com as normas da ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, periodicidade mensal;
- **Arquivo Alfredo Pimenta** – conforme especificado no ponto seguinte, com periodicidade trimestral;
- Inspeção às estantes dos depósitos nº 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, no sentido de prevenir e/ou detetar infestações nos documentos dos seguintes insetos:
 - Thysanura (bichinho da prata);
 - Nicobium castaneum (caruncho das bibliotecas);
 - Tinidae (piolho dos livros);
 - Ordem: Isópteros (térmitas);
 - Ordem:Blattarie (baratas);
- **Escolas e zonas alimentares de todas as escolas EB1 e EB2,3;**
- **Parque da Cidade, Parque da Cidade Desportiva e Hortas Municipais;**
- **Centros de Saúde (ACES) que integram o serviço nacional de saúde (SNS), de acordo com o Anexo 1.**

Cláusula 25.ª

Intervenções

1. O tipo e número de intervenções deverão resultar na garantia de obtenção dos melhores resultados, durante todo o período de prestação de serviços, que se traduza no controlo efetivo do objeto em concurso.
2. Deverá apresentar um **mapa por mês com os dias de intervenção, divididos por desbaratização, desratização e desinfestação, mencionando ainda as intervenções:** nas escolas, no Arquivo Alfredo Pimenta, Mercado Municipal e Centros de Saúde (ACES) que integram o serviço nacional de saúde (SNS).
3. Deverá mencionar especificamente o método a utilizar no mercado municipal de acordo com a legislação em vigor e com as normas da ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.
4. Deverá ser efetuado o controlo de pragas em todos os Centros de Saúde (ACES) que integram o serviço nacional de saúde (SNS) e em todas as zonas alimentares das escolas EB1 e EB2,3, devendo ser afixado a seguinte documentação:
 - Fichas técnicas e de seguranças dos produtos utilizados nas operações de controlo de pragas;
 - Mapa com localização dos postos de engodo;
 - Relatório das visitas efetuadas;
 - Programação das visitas, deverá constar na proposta.



Cláusula 26.ª

Pessoal, meios e estruturas

O adjudicatário deverá dispor para a execução do serviço, de pessoal, estruturas e meios abaixo especificados:

- 1.1. Um Diretor técnico diplomado (Bioquímica, Engenharia Biológica, Biologia, Química, Ciências Agrárias, ou equiparado), responsável pela coordenação e supervisão dos serviços;
- 1.2. Uma equipa operacional, constituída por dois especialistas “Pest-Control”, sendo da responsabilidade destes a abertura das tampas das redes de coletores. O pessoal operário, devidamente qualificado, deverá usar obrigatoriamente o uniforme da empresa;
- 1.3. Automóveis e veículos devidamente qualificados, que deverão mencionar o logotipo da empresa;
- 1.4. Equipamentos necessários à melhor e mais racional execução do serviço de forma a corresponder às exigências do Concelho.

Cláusula 27.ª

Preço base

O preço base para a realização dos trabalhos é de 74.999,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.



ANEXO 1

Edifício	Unidade Funcional	Morada
Edifício - Unidade de Saúde de Urgeses	USP Alto Ave	Rua Francisco Fernandes Guimarães - Urgeses 4810-503
	USF VIMARANES	Rua Francisco Fernandes Guimarães - Urgeses 4810-503
	USF AFONSO HENRIQUES	Rua Francisco Fernandes Guimarães - Urgeses 4810-503
	US URGEZES - SEDE (UCC Guimarães; ELI; JMAI; partes comuns do edifício)	Rua Francisco Fernandes Guimarães - Urgeses 4810-503
Edifício - Unidade de Saúde de Serzedelo	USF SERZEDELO	Rua General Humberto Delgado - Serzedelo 4765-546
Edifício - Unidade de Saúde de Pevidém	USF PEVIDEM	Rua Albano Martins Coelho Lima - Selho S. Jorge 4835-302
Edifício - Unidade de Saúde de São Torcato	USF S TORCATO	Av. S. Torcato Mártir - S. Torcato 4800-854
Edifício - Unidade de Saúde das Taipas	USF DUOVIDA	Rua Prof. Manuel José Pereira - Caldas das Taipas 4805-128



	USF ARA DE TRAJANO	Rua Prof. Manuel José Pereira - Caldas das Taipas 4805-128
	US Taipas (UCC Sol Invictus)	Rua Prof. Manuel José Pereira - Caldas das Taipas 4805-128
	US Taipas (URAP- polo Taipas)	Rua Prof. Manuel José Pereira - Caldas das Taipas 4805-128
Edifício - Unidade Saúde de Briteiros (polo da USF Duovida)	USF DUOVIDA - POLO BRITEIROS	Rua Igreja - Briteiros S. Salvador 4805-448
Edifício - Unidade Saúde de Ponte	USF PONTE	Rua Reitor Joaquim Augusto Maciel Ribeiro Torres - Ponte 4805-273
Edifício - Unidade Saúde Ronfe	USF RONFE	Rua S. Tiago, 936 - Ronfe 4805-437
Edifício - Unidade Saúde Amorosa	USF AMOROSA XXI	Rua Dr. José Pinto Rodrigues - Azurém 4800-015
	UCSP AMOROSA	Rua Dr. José Pinto Rodrigues - Azurém 4800-015
	URAP Guimarães	Rua Dr. José Pinto Rodrigues - Azurém 4800-015



	USF S. NICOLAU	Rua Dr. José Pinto Rodrigues - Azurém 4800-015
Edifício - Centro de Diagnóstico e Pneumológico de Guimarães	CDP	Rua D. Teresa - Azurém 4800-074
Edifício - Unidade de Saúde de Moreira de Cónegos	USF MOREIRA DE CÓNEGOS	Rua Padre Ezequiel, 4 - Moreira Cónegos 4815-328
Edifício - UCC Novo Amanhecer	UCC Novo Amanhecer	Av. Dom João IV 4800-039 - Urgeses
Edifício - Unidade de Saúde de Serzedo (polo da USF Amorosa XXI)	USF Amorosa XXI - Polo Serzedo	Rua S. Sebastião, 35 - Serzedo 4810-859
Edifício - Equipa de Tratamento de Guimarães (Dependências)	Equipa de Tratamento de Guimarães (Dependências)	Rua Joaquim de Meira 259 - Azurém 4810-273